

# As intervenções de Mateus Vicente de Oliveira no Mosteiro de Lorvão

Nelson Correia BORGES \*

Nas primeiras décadas do século XVIII as cistercienses de Lorvão transfiguraram por completo a igreja e o coro que tinham recebido dos tempos passados. Por todo este espaço se ergueram novos altares, se forraram o tecto de talhas e as paredes de azulejaria lisboeta e até o órgão foi completamente reformado em 1727 e novamente intervencionado em 1742<sup>1</sup>. O renovado espaço litúrgico, esplendoroso e cintilante de ouro, pratas e vidrados cerâmicos, afirmava a mais clara e moderna expressão do gosto barroco português, em plena consonância com a sua época.

Nada faria prever que, poucos anos volvidos, se tivesse feito sentir a necessidade de refazer por completo esta estrutura. Mas, no primeiro abadessado de D. Teresa Luísa de Carvalho, a comunidade decidiu deitar por terra a veneranda igreja, vinda do tempo dos monges bentos, portadora de marcas deixadas por sucessivas gerações de religiosas, e erguer no seu lugar algo de mais monumental, mais moderno ainda e mais magnificente.

Foi encarregado de fazer o projecto o doutor António de Andrade que, para o efeito, se deslocou a Arouca, em Setembro de 1745<sup>2</sup>, certamente com a finalidade de tirar medidas e assentar ideias. Se a igreja não chegou a ser construída segundo o risco de António de Andrade, o coro seguiu fielmente a sua planta, reveladora de uma arquitectura erudita e austera, bem harmonizada com os previstos elementos decorativos, mostrando que o autor não só conhecia tratados de arquitectura como sabia pôr em prática, de uma forma sóbria e monumental, os seus ensinamentos e estava em dia com as formas estéticas mais vanguardistas.

As obras iniciaram-se pelo coro que, em 1748, já se encontrava com o cadeiral terminado, pronto a ser utilizado, tendo sido seu empreiteiro e mestre o entalhador e arquitecto conimbricense Gaspar Ferreira<sup>3</sup>.

---

\* *Universidade de Coimbra.*

<sup>1</sup> Sobre as sucessivas obras e transformações operadas, veja-se o nosso *Arte Monástica em Lorvão. Sombras e realidade. I Das origens a 1737*, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 2001.

<sup>2</sup> Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (=TT) – Lorvão, N.º 319, fol. 16v.

<sup>3</sup> Temos em preparação um estudo sobre a obra desta notável personalidade do meio artístico coimbrão na época joanina, cuja actividade extravasou em muito os muros da cidade do Mondego.



1. Igreja do Mosteiro de Lorvão



2. Interior da igreja. Lado do coro

A igreja propriamente dita, que se pretendia fazer para lá das grades, acessível aos fiéis, não iria muito além do espaço ocupado pela cabeceira medieval. Como se pode depreender do contrato da empreitada, que acabou por ficar sem efeito <sup>4</sup>, era uma espécie de espaço centrado, provavelmente com a capela-mor um pouco mais profunda do que os braços do transepto, justaposto ao antecoro e coro.

Tudo se ordenava para o prosseguimento da obra. Em Outubro de 1748 começava o arranque da pedra, por cabouqueiros do burgo de Lorvão, tendo-se contabilizado 315 carradas <sup>5</sup>.

Entretanto, a abadessa D. Teresa Luísa de Carvalho, a grande construtora do coro, terminara os seus dois triénios seguidos e a comunidade, chamada a eleições em 23 de Novembro de 1748, escolhera como sucessora D. Eugénia Jacinta de Vasconcelos, que certamente tinha outros planos para Lorvão.

Logo em Maio do ano seguinte ela mandou buscar um arquitecto a Viseu <sup>6</sup> e em Outubro do mesmo ano de 1749, os livros da contabilidade monástica registam uma despesa de 15\$600 réis com um arquitecto capucho <sup>7</sup>. Tudo leva a crer que nem um nem outro fossem o mesmo António de Andrade que nesta época, se ainda fosse vivo, deveria ter ultrapassado os setenta anos de idade <sup>8</sup>.

<sup>4</sup> O contrato foi lavrado em 12 de Abril de 1750, pelos mestres pedreiros Basílio Alves, Bento Gonçalves, João Alves e Manuel dos Santos. Arquivo da Universidade de Coimbra (=AUC) - Mosteiro de Lorvão, N.º 84, fol. 197v. - 199.

<sup>5</sup> Para o que se pagaram 38\$000 réis. TT - Lorvão, N.º 422, fol. 16v.

<sup>6</sup> A despesa com a sua viagem e estadia montou a 9\$600 réis. TT - Lorvão, N.º 422, fol. 23v.

<sup>7</sup> Poderia muito bem ter sido Fr. João da Soledade, arquitecto escolhido pelo bispo D. Miguel da Anunciação para as suas obras mais vultuosas e assistente no seu colégio de Santo António da Pedreira, em Coimbra. TT. Lorvão, N.º 422, fol. 29.

<sup>8</sup> Veja-se, a propósito o que escrevemos em *Lorvão e Arouca: relações artísticas de dois mosteiros irmãos*, Actas do "I Congresso sobre a Diocese do Porto - Tempos e Lugares de Memória", I, Porto/Arouca, 2002, p. 437-444.

É lícito deduzir daqui que o projecto para a nova igreja se encontrava em revisão, pois estaria longe de satisfazer o gosto das laurbanenses, e talvez nem se afigurasse digno de uma casa com história tão longa e gloriosa como a de Lorzão. Era necessário obter o parecer, a opinião abalizada, de pessoas idóneas e experientes em trabalhos de arquitectura.

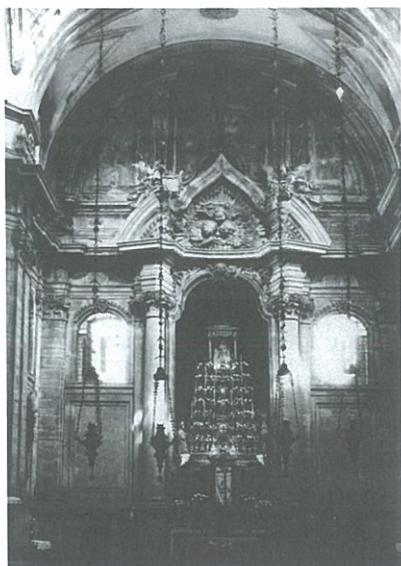
A escolha do novo mestre projectista acabaria por recair em alguém alheio ao ambiente regional e mesmo à especificidade da arquitectura monástica.

Obtida a aprovação da comunidade e o apoio do D. Abade Geral, foi junto da corte que D. Eugénia Jacinta de Vasconcelos procurou arquitecto competente e a escolha não poderia deixar de cair no promissor Mateus Vicente de Oliveira, discípulo dilecto de João Frederico Ludovice e já então detendo o cargo de arquitecto da Casa do Infantado.

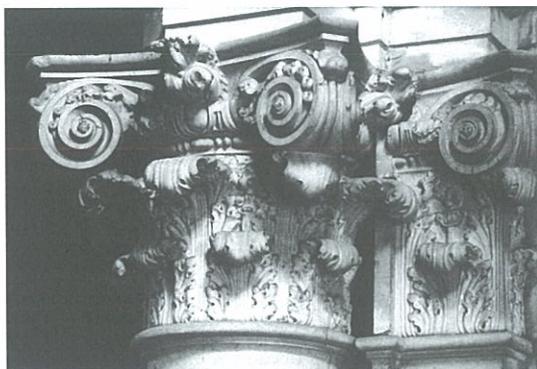
Em Junho-Julho de 1750 o arquitecto deslocou-se de Lisboa a Lorzão por duas vezes, acompanhado por um tal Fr. Francisco, também arquitecto, com o que o Mosteiro despendeu 94\$900 réis<sup>9</sup>. Tratava-se de avaliar o terreno, estudar a implantação, fazer medições e propostas para o novo projecto.

A decisão foi rápida, pois logo em Agosto desse ano de 1750 vinha de Lisboa a planta baixa, pela qual se pagaram 3\$600 réis<sup>10</sup>. As obras podiam então começar.

E não se perdeu tempo. Em 8 de Setembro, dia da Natividade da Virgem Maria, procedeu-se ao lançamento da primeira pedra. A longa inscrição que lhe foi aposta memorava o papa Bento XIV, o rei D. José I, a abadessa D. Eugénia Jacinta de Vasconcelos, o abade geral Fr. Pedro de Mendonça e até o feitor Fr. Rodrigo de Vasconcelos e o reitor do colégio de S. Bernardo de



3. Capela-mor.



4. Capitéis da capela-mor.

<sup>9</sup> TT - Lorzão, N.º 374, fol. inum.

<sup>10</sup> *Ibidem*.

Coimbra, Fr. José Cardoso <sup>11</sup>. Da cerimónia não nos chegou notícia, mas é fácil imaginar o luzimento, já que não deixariam de estar presentes o D. Abade Geral e o reitor do colégio de S. Bernardo, memorados na inscrição.

As obras iniciaram-se verdadeiramente alguns dias depois, tendo tomado conta da empreitada de construção o pedreiro Bernardo Luís, de Lorvão, em 16 de Setembro de 1750 <sup>12</sup>. É certo que a escritura ficou incompleta e não teve efeito, mas indicia que as obras estavam formalmente a começar, embora se tivessem contratado por outro modo.

Intervieram ainda, posteriormente, o mestre Alberto Nunes, no aparelho das cantarias, o capitão António da Cunha, na supervisão da obra, o mestre pedreiro Manuel de Sousa, nas abóbadas e zimbório e o mestre canteiro José da Silva nas obras de cantaria e estuques <sup>13</sup>.

A partir de Janeiro de 1751 e até Abril de 1753 o arquitecto estanciou por várias vezes em Lorvão fazendo os riscos de pormenor, de alçados e da torre. Arreliadoramente para quem investiga, as despesas com ele correm sempre com o nome de arquitecto. Só em Novembro de 1751 o feitor, talvez por distração, resolveu anotar o nome de *Matheos Vicente*, trazendo assim a certeza ao que estilisticamente já era evidente.

No total, o mosteiro pagou a Mateus Vicente 1:088\$712 rs., tendo ainda gasto \$780 rs. em papel imperial para riscos <sup>14</sup>.

Em 1761, no segundo ano do governo de D. Mariana de Vasconcelos Coutinho, e por diligências do feitor Fr. Luís da Silva se procedeu à sagração da igreja, com o cerimonial habitual em tais casos <sup>15</sup>, mas o zimbório estava ainda por terminar. Em 1778 ainda aí decorriam acabamentos.

O arquitecto Mateus Vicente parece ter estado novamente em Lorvão, entre Agosto de 1762 e Junho de 1773, fazendo vários riscos para a igreja <sup>16</sup>.

Mateus Vicente de Oliveira conseguiu harmonizar totalmente a obra que idealizou com a que já estava feita, imprimindo-lhe bem a marca da sua personalidade, sem faltar ao respeito pela traça de António de Andrade.

Na igreja lorvanense de Mateus Vicente está presente a lição de Mafra, mas numa versão requintada e esbelta, em que o arquitecto se movimenta com segurança, dominando as proporções e a gramática decorativa do classicismo, dando emotividade aos entablamentos.

A igreja tem um comprimento total de cerca de 32 m e uma largura, no transepto, de 11m. Apresenta-se com nave única e três tramos incompletos,

<sup>11</sup> A pedra da fundação, com a respectiva inscrição existe enterrada junto à capela-mor, do lado sul. Poucos anos antes de 1960 foi aberto um poço nesse local que a revelou. A inscrição foi copiada por um curioso e o texto entregue ao Doutor António Nogueira Gonçalves pelo Pe. José Manuel Rodrigues, então pároco de Lorvão. Foi aquele ilustre professor e nosso mestre que nos a transmitiu, mas as imprecisões e o mau entendimento da leitura não permitem que seja publicável. Algumas diligências que levámos a cabo para a encontrar revelaram-se infrutíferas.

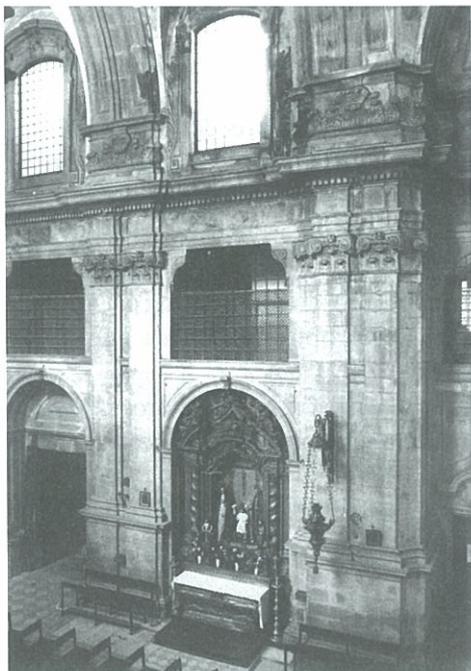
<sup>12</sup> AUC - Mosteiro de Lorvão, N.º 85, fol. 95v.-96.

<sup>13</sup> TT - Lorvão, N.ºs 374, 389, 432, 435 e 552, *passim*.

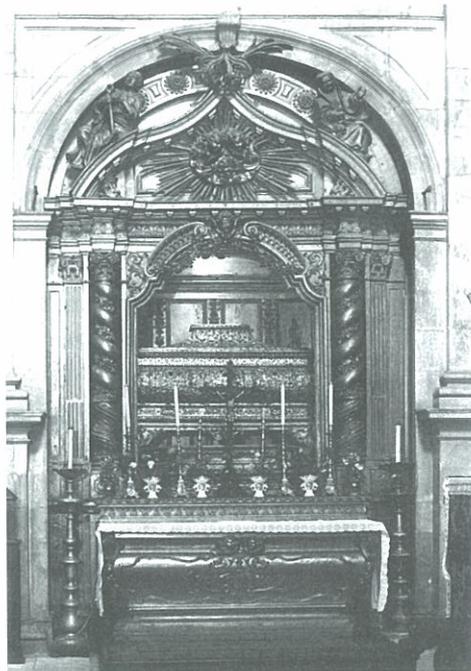
<sup>14</sup> TT - Lorvão, N.º 374, *passim*, fol. inum.

<sup>15</sup> TT - Lorvão, N.º 309, fol. 11. Nelson Correia Borges, *Arte Monástica em Lorvão. Sombras e realidade*, I, Lisboa, Gulbenkian, 2001, doc. 62, p. 583.

<sup>16</sup> TT - Lorvão, N.ºs 435 e 552, fol. inum.



5. Tramos da nave da igreja.



6. Retábulo de Santa Teresa.



7. Custódia do Mosteiro de Lorvão.



8. Pormenor da base da custódia:  
a Esperança.

separada da capela-mor, de um tramo, pelo cruzeiro que o zimbório domina e enche de luz, a um altura aproximada de 32 metros (a mesma medida do comprimento).

A cúpula sobre o transepto e as inúmeras janelas favorecem a inexistência de ângulos mortos de iluminação no interior e conferem-lhe uma dimensão monumental que excede grandemente as reais dimensões da igreja.

Grupos de pilastras levantadas em pedestais fazem a repartição dos tramos e prolongam-se para a abóbada em cintas de cantaria, marginando lunetos onde se rasgam amplas janelas. Nem em Santo António da Sé, nem na basílica da Estrela Mateus Vicente logrou tão harmoniosas proporções numa linguagem de graciosidade, esbeltez e monumentalidade.

Os tramos da nave e capela-mor recortam-se na parte baixa de arcos de volta inteira, abrindo capelas, à excepção do primeiro do lado esquerdo, que abriga a porta lateral.

Por cima dos arcos corre, em volta de toda a igreja, desafogada galeria, rasgada de janelas e possibilitando acesso directo ao claustro, dormitório e enfermaria.

O retábulo do altar-mor e os dois do transepto, de concepção semelhante, integram-se na arquitectura geral. Compõem-se de duas colunas de 7 m de altura, sobre pedestais postos em ângulo, com entablamento ondulante, em cujos tímpanos se vêem glórias solares, formadas de três cabeças aladas sobre um fundo radiante.

A decoração é feita na justa medida. Os capitéis, tanto das pilastras como das colunas, são compósitos, de bom tipo romano, de acantos espinhosos, volutas bem recortadas, friso de óvalos e dardos e rosetas sobre o ábaco fino. Sob a cornija corre um friso de dentículos, substituídos por pinhas nos ângulos, e por cima dela há acantos moles ondulantes, maiores e menos recortados. Vêm-se também girassóis, ramos de palmeira e de loureiro, festões e outros motivos naturalistas, sendo mais cuidada a decoração do frontão do altar-mor.

O trono da capela-mor e os retábulos das Santas Rainhas saíram também do risco de Mateus Vicente. A menção é feita expressamente nos contratos celebrados em 1781 e 1782<sup>17</sup> com o ensamblador Manuel Jorge, que além dos retábulos e trono, se obrigou a fazer as cruzes e castiçais.

O trono de sete degraus utiliza no remate o motivo do baldaquino, introduzido no período joanino. Este é uma peça elegante, que sublinha o ritmo ascensional, erguendo o coroamento de fogaréus e linhas curvas, a que não falta a sanefa de lambrequim, sobre esbeltas colunas compósitas, de fuste liso. Todo o conjunto é muito bem inter-relacionado com o sacrário, que lhe fica na base, e concebido em sábia proporção com o camarim pético e a custódia que nele se devia expor.

Os altares compõe-se de retábulos de talha dourada, duas colunas salomónicas e frontão curvo com glória solar e figuras acroteriais (Fé e Esperança).

<sup>17</sup> Conforme o risco e planta feito pelo Arquitecto Matheus Vicente da dita cidade de Lisboa, no dizer do documento. TT - Lorrão, Maço de papéis diversos.

Os retábulos de talha dourada abrigam-se lateralmente na capela-mor. Rasgam-se de amplo camarim, adequado à colocação das urnas de prata de Santa Teresa e Santa Sancha, a que são dedicados. Ladeiam-no pilastras caneladas e duas colunas salomónicas, que muito enriquecem o conjunto, mas que nesta época são já elementos conservadores. O coroamento é preenchido por frontão contracurvado com uma glória solar e as figuras acroteriais da Fé e da Esperança. Os altares da nave da igreja são adaptações da traça feita para os das Santas Rainhas.

Mateus Vicente fez ainda o risco para uma píxide e para a custódia. A píxide foi mais tarde entregue, com outras pratas, na Casa da Moeda, para derreter. Deveria ser uma peça magnífica, a acreditar nas referências elogiosas que lhe fez o crúzio de Mafra, D. Fr. José da Expectação, escrevendo para o feitor Fr. Tomás Machado, em 1783: “Ainda que seja na Quaresma, seja-me lícito cantar o Aleluia, pois que vejo a nossa encomenda chegada a termos de V. R.<sup>ma</sup> a ver e regozijar-se de fazer no seu tempo uma peça, que tem tido os aplausos universais, e até a chamarem-lhe a melhor que há neste reino: eu dou por bem empregadas as minhas fadigas quando vejo o efeito delas, e se a peça agradar tanto a V. R.<sup>ma</sup> e a essas religiosas minhas Senhoras como tem agradado a todos os que a têm visto, eu o estimarei sumamente. O Sarmento, padre de Jesus, que se jactava de ter mandado fazer uma, que na verdade todos dizem está boa, e reputada pela melhor, entrou em empenhos de ver a nossa, e ontem dia em que se acabou a viu e não disse nem palavra, só lhe fez duas cortesias, vendo que a sua ficava metida a uma canto <sup>18</sup>.”

A documentação sobre a custódia desapareceu do Arquivo da Torre do Tombo, mas esta não pode deixar de ser creditada a Mateus Vicente. Ainda que a documentação não seja actualmente conhecida, bastará uma análise estilística para o comprovar. Sabemos ter sido mandada fazer, aquando da sagração da igreja, pela abadessa D. Mariana de Vasconcelos Coutinho <sup>19</sup>. Tem a marca da contrastaria de Lisboa e o punção do ourives SB. Mede de altura 87,5 cm, com um peso de cerca de 14 quilos, de prata dourada, cinzelada.

Nela podemos distinguir três partes:

O templete inferior, com um baldaquino abrigando o cordeiro místico sobre um livro selado a sete selos – símbolo apocalíptico. Sobre as colunas relevam-se três cabeças aladas, dando ao conjunto um ar de espiritualidade. Na base sentam-se as três figuras alegóricas das virtudes teológicas, harmoniosas nas proporções e de graciosas atitudes. A moldagem dos panejamentos, a suavidade dos perfis, a conjugação dos movimentos, tudo contribui para acentuar o encanto que dimana das três pequenas esculturas, sendo especialmente de destacar a que representa a Esperança.

Segue-se o templete superior, mais pequeno, formado de três colunas em C, que sustentam um baldaquino triangular, finamente cinzelado. Dentro encontra-se um pelicano dando o seu sangue a três filhotes.

<sup>18</sup> TT - Lorvão, Maço de papéis diversos.

<sup>19</sup> TT - Lorvão, N.º 309, fol. 11.

O hostiário, todo trabalhado em relevo, compõe-se de uma radiação solar e é guarnecido ao centro por uma cercadura de 101 minas novas, emoldurando a lúnula. Em volta, entre nuvens, avultam dois anjos de corpo inteiro, cabeças aladas de anjos, espigas de trigo e cachos de uvas.

Nesta peça encanta a perfeita adequação da escultura aos elementos decorativos e arquitectónicos que são quase uma assinatura do autor do desenho.

\*

Fica assim esclarecida a intervenção de Mateus Vicente de Oliveira no Mosteiro de Lorvão.

A igreja das cistercienses de Lorvão, de clausura rigorosa, é toda voltada para o interior, um interior de grande harmonia, todo ele saído do talento de Mateus Vicente de Oliveira – arquitectura, retábulos, peças de ourivesaria. No exterior não há fachada, somente é legível o volume da sua caixa e apenas o zimbório lhe assinala a presença, mas fá-lo de maneira marcante, constituindo pela sua mole imensa e ritmo ascensional o necessário contraponto à grande massa horizontal dos edifícios monásticos, repousando no regaço da montanha.

Mateus Vicente completou deste modo, de forma extremamente feliz, a inserção paisagística do Mosteiro de Lorvão, em perfeita harmonia com a natureza envolvente.